



TRABALHO DOMÉSTICO E CAPITALISMO: A NATURALIZADA SINA SOCIOAMBIENTAL DAS MULHERES¹

Housework and capitalism: the naturalized social and environmental sine of women

RIBAS, Isadora Fernandes²
DIAS, Fabio Alves dos Santos³

RESUMO

Artigo resultante de pesquisa desenvolvida no curso de Especialização em Educação, Sustentabilidade Social e Ambiental do Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Educação do Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú. Tal pesquisa teve por objetivo investigar a naturalização do trabalho doméstico como tarefa feminina com o intuito de averiguar a contribuição do estudo do trabalho feminino no debate da Educação Ambiental em uma perspectiva crítica. Adotando a revisão bibliográfica como metodologia, foi realizado um mapeamento bibliográfico com produções disponíveis online, tendo principalmente, como palavras chave: mulher, trabalho doméstico, divisão social e sexual do trabalho. Selecionado os materiais, debruçou-se no estudo das condições de vida em relação ao trabalho de manutenção e reprodução da vida, da mercadoria mais cara do mercado, a força de trabalho, a partir da abordagem marxista. Com base nesse método e nas leituras dos textos, observou-se que a naturalização do fazer doméstico, como função feminina é uma consequência histórica das relações sociais de produção e reprodução da vida humana, de exploração do capital e domínio do patriarcado. Diante disso, esta pesquisa afirma que o término da subjugação feminina em sua totalidade só é possível de ser realizada em sua plenitude com a emancipação universal da humanidade.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho. Relações sociais.

ABSTRACT

Article resulting from research developed in the Specialization course in Education, Social and Environmental Sustainability of the Lato Sensu Postgraduate Program in Education of the Federal Institute Catarinense, Campus Camboriú. This research aimed to investigate the naturalization of housework as a feminine task with the purpose of investigating the contribution of the study of the female work in the debate of Environmental Education in a critical perspective. Adopting the bibliographical revision as methodology, a bibliographic mapping was carried out with productions available online, having as main key words: woman, housework, social and sexual division of labor. Selected the materials, it focused on the study of living conditions in relation to the work of maintenance and reproduction of life, the most expensive commodity on the market, the workforce, from the marxist approach. Based on this method and the readings of the texts, it was observed that the naturalization of domestic, as a feminine function is a historical consequence of the social relations of production and reproduction of human life, of exploitation of capital and domination of patriarchy. In the face of this, this research affirms that the termination of female subjugation in its entirety is only possible to be realized in its fullness with the universal emancipation of humanity.

Keywords: Women. Work. Social relations.

¹ Artigo resultante de pesquisa realizada para conclusão de cursos de Especialização em Educação na Linha Educação, Sustentabilidade Social e Ambiental do Programa de Pós-graduação Lato Sensu em Educação do Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú, SC, em 2018.

² Licenciada em Pedagogia (2010) e Teatro (2015) pela Universidade Federal de Santa Maria, Especialista em Educação pelo Instituto Federal Catarinense (2018). Professora de Educação Infantil Rede Pública Municipal de Balneário Camboriú, SC. E-mail: iza_ribas@yahoo.com.br.

³ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2014), Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas (2008), Bacharel (2005) e Licenciado (2008) em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto Federal Catarinense, SC. E-mail: fabio.dias@ifc.edu.br.

INTRODUÇÃO

*Se és uma mulher forte
te protejas das hordas que desejarão
almoçar teu coração.
Elas usam todos os disfarces dos camavais da terra:
se vestem como culpas, como oportunidades, como preços que se precisa pagar.
Te cutucam a alma; metem o aço de seus olhares ou de seus prantos*

*até o mais profundo do magma de tua essência
não para alumbrar-se com teu fogo
senão para apagar a paixão
a erudição de tuas fantasias. (...)*

*Não percas a compaixão, mas teme tudo que te conduz
a negar-te a palavra, a esconder quem és,
tudo que te obrigue a abrandar-se
e te prometa um reino terrestre em troca
de um sorriso complacente. (...)*

CONSELHOS PARA A MULHER FORTE
(Gioconda Belli, Nicarágua, 1948)

Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida como requisito para conclusão do curso de Especialização *Lato Sensu* em Educação, no eixo Educação, Sustentabilidade Social e Ambiental, do Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú. Nasce do desejo de estudar um tema que me é caro: relação entre mulher e trabalho. Desejo oriundo de minha própria trajetória enquanto mulher trabalhadora, inserida em um mundo baseado na propriedade privada e na exploração de uma classe por outra, que conjuga exploração do capital e patriarcado.

Ao longo deste artigo, procuro investigar a naturalização do trabalho doméstico como tarefa feminina com o intuito de averiguar a contribuição do estudo do trabalho feminino no debate da Educação Ambiental em uma perspectiva marxista. Isso porque a crítica marxista acerca da subjugação da mulher na sociedade burguesa propõe apontar as contradições desse modo de produção e desvelar como ele impossibilita o desenvolvimento livre e integral das mulheres no conjunto das atuais relações sociais.

Para tanto, foi realizado um mapeamento bibliográfico com produções disponíveis *online*, tendo principalmente, como palavras-chave: mulher, trabalho doméstico, divisão social e sexual do trabalho. Como a obra de Helena Hirata (2005, 2007) e Danièle Kergoat (2007) foi recorrente nos textos com estes enfoques, inseri a obra de referência dessas duas autoras no artigo.

A fim de inserir a pesquisa na temática da Educação Ambiental, realizei a interlocução entre as categorias – trabalho, trabalho doméstico, mulheres e natureza, abordadas neste estudo e os artigos de Carlos Frederico Loureiro, uma vez que ele adota uma abordagem materialista para compreender as relações sociais que formam a base da estrutura social e a Educação Ambiental na sociedade capitalista. Sua perspectiva crítica sobre a realidade evidencia que não há *leis naturais* atemporais, nem verdades absolutas na sociabilidade humana. Expondo a historicidade das naturalizações das relações sociais e do modo de produção da vida, o autor afirma que “É estritamente histórico e cultural o modo como nos definimos como natureza e a entendemos a partir

das relações sociais e do modo de produção e organização em dado contexto” (LOUREIRO, 2012, p. 44).

Acrescente-se a isso o fato de Loureiro, ao seguir por vias da corrente crítica de Educação Ambiental “insiste, essencialmente, na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais” (SAUVÉ, 2005, p.30), de confronto com o “individualismo, que implica o questionamento dos lugares-comuns e das correntes dominantes” (2005, p.31), numa perspectiva transgressora de emancipação humana.

Sendo assim, procuro inserir o debate em torno do trabalho feminino na seara da Educação Ambiental crítica por ela compreender que problematizar a realidade objetiva é revelar suas contradições a fim de contribuir para a tortuosa e necessária luta em prol da emancipação humana. Por isso, é por vias do ponto de vista do proletariado revolucionário – única classe capaz de superar o atual estado de coisas e libertar todo gênero humano da inumanidade capitalista (ENGELS, MARX, 2011) – que traço minhas trajetórias e por estas vias que este estudo se processa.

MULHERES E O INVISÍVEL EXAURIR DE SEUS CORPOS

O patriarcado⁴, conforme sabemos, é anterior ao capitalismo, mas encontra nele campo fértil para se proliferar. Com ressalta D’atri, “Apesar de não ter surgido com o capitalismo, a opressão das mulheres adquire sob este modo de produção traços particulares, convertendo o patriarcado em um aliado indispensável para a exploração e manutenção do *status quo*” (D’ATRI, 2017, p. 38).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e os avanços do modo de produção capitalista modificam-se as condições e relações sociais, cerceando deliberadamente as mulheres desde a tenra idade. As diferenças sociais de gênero se manifestam na infância, na aprendizagem da socialização com o mundo por meio dos tipos de brincadeiras, jogos e brinquedos etc. Consolidam-se formas de comportamentos que se pressupõem “naturais” a mulheres e homens. Ao longo de nossa socialização o patriarcado nos domina, enquanto o capitalismo nos explora.

Com a divisão do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas. (MARX, ENGELS, 2007, p. 36)

A divisão social do trabalho, “que constituiu a base geral de toda a produção de mercadorias” (MARX, 2013, p. 425), é decorrente da divisão da sociedade em dois grupos antagônicos. Na sociedade capitalista, esse antagonismo se exprime com o surgimento do proletariado, conjunto de pessoas que transformam a natureza em mercadorias, mas que não se apropriam livremente destes objetos socialmente úteis e

⁴ O patriarcado é o sistema de opressão ao qual estamos condicionados e reproduzimos em nossas ações cotidianas. Construído historicamente sobre o corpo da mulher, mas que afeta a tudo e a todos. Sistema social em que os homens detêm poder, autoridade moral, liderança política, privilégios sociais e domínio da família.

um grupo seletivo da população, uma minoria, que fica em posse destes objetos socialmente criados pelos trabalhadores.

Observando a historicidade da humanidade a partir de “A ideologia alemã” (Marx e Engels, 2007) é possível compreender que o advento da propriedade privada se dá antes de tudo, no seio da família. Onde o marido tem posse privada sobre a esposa, assim como sobre os filhos. Nesta perspectiva, a subjugação feminina é parte do movimento da formação da divisão de trabalho e da criação da propriedade privada.

A família e as relações estabelecidas neste seio são parte da base da propriedade privada. A partir da consolidação efetiva da sociedade burguesa no século XIX, o casal em si, dentro do matrimônio, estabelece uma relação de propriedade, tendo em vista o contrato assinado em que as partes contratantes se comprometem a desfrutar somente de seu cônjuge.

A organização familiar típica da sociedade burguesa tem um modelo definido, onde o patriarcado vigora⁵. Este modelo de família burguesa é reproduzido também entre o proletariado, seguindo a premissa de que “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (ENGELS, MARX, 2008, p. 40). Aqui, a mulher torna-se propriedade privada do homem. Por isso, não é casual que seja a mulher aquela quem reproduz a vida efetiva de si e de todos seus familiares no interior do ambiente privada do lar por meio do trabalho doméstico.

Neste estudo, definimos como trabalho doméstico:

[...] um conjunto de tarefas tendendo a prestar apoio as pessoas dependentes por motivos de idade e saúde, mas também a grande maioria dos homens adultos. Tarefas que compreendem serviços pessoais conectados habitualmente com necessidades diversas absolutamente indispensáveis para a estabilidade física e emocional dos membros do lar. Atividades que incluem a alimentação, o afeto, e, em ocasiões, aspectos pouco agradáveis, repetitivos e esgotantes, mas absolutamente necessários para o bem estar das pessoas. Um trabalho que se realiza dia após dias, os 365 dias do ano, em casa e fora dela. (CARRASCO, 2001, p. 5)

De modo mais sucinto, podemos afirmar:

Em sua manifestação concreta, o trabalho doméstico é um conjunto de tarefas realizadas no âmbito da esfera privada e que consiste, no geral, em preparar os alimentos, manter níveis de higiene doméstica e cuidado com filhos. (IASI, 2007, p. 126)

Disso se segue que no capitalismo o trabalho doméstico executado pela mulher oriunda de uma família proletária, reproduz a existência do homem, dos familiares e dela própria como mercadorias. A mulher como mercadoria de seu marido, e o marido (e, muitas vezes ela própria) como mercadoria a ser empregada para a reprodução da propriedade privada dos meios de produção.

O trabalhador só existe como trabalhador a partir do momento em que existe como capital *para si mesmo*, e só existe como capital quando há um *capital para ele*. A existência do capital é a sua existência, a sua *vida*, já que este, independentemente dele, determina o conteúdo de sua vida. (MARX, 2002, p. 123-124) .

⁵ Vale ressaltar que o predomínio da família patriarcal na sociedade capitalista não exclui a existência de famílias com outras configurações.

Não é de hoje que as mulheres ocupam tal função na sociedade, vendendo-se ao capital como meio de subsistência e garantindo a organização do espaço reprodutivo da vida: a casa, a família, onde é gerada e mantida a mercadoria que coloca em movimento todas as demais mercadorias: a força de trabalho. O capitalismo carregou sobre os ombros da mulher trabalhadora um fardo que a esmaga; a converteu em operária, sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe. (KOLLONTAI, 2013, p. 24).

Ao reproduzir o trabalho como mercadoria e o trabalhador como aquele que só pode sobreviver na medida em que se aliena da sua própria atividade vital, o trabalho doméstico ao invés de humanizar, desumaniza mulheres e homens. O trabalho doméstico, assim, torna-se atividade de reprodução da própria irracionalidade elencada pela propriedade privada: a apropriação privada/egoísta dos produtos socialmente produzidos. Citemos a passagem de Carrasco:

O modelo familiar “male breadwinner”⁶ traduzido ao término do tempo, poderia ser considerado como uma situação “ótima”, desde a ideologia patriarcal como do objetivo capitalista: as mulheres majoritariamente desenvolvem suas atividades em um tempo (invisível e não reconhecido) – que ainda organizado em parte desde a produção mercantil – não está governado por critérios de mercado e dos homens, liberados de obrigações relacionadas com o cuidado da vida, podem colocar seu tempo (visível e valorado) à disposição das necessidades da empresa. (CARRASCO, 2001, p.18)

Na família patriarcal, portanto, a mulher está vinculada ao espaço privado da família, enquanto posse/propriedade do marido contribuindo para a manutenção da força de trabalho masculina e feminina. São as mulheres que desempenham a função de mãe, avó, tia, madrastra, irmã, ou seja, no seio da família típica da sociedade burguesa, as mulheres não só são responsáveis socialmente por reproduzir biologicamente a espécie, mas garantir sua sobrevivência, crescimento e procriação.

Desse modo, podemos compreender o trabalho doméstico como uma sina socioambiental que, no momento presente, encontra-se fortemente enraizado na cultura de naturalização de responsabilidade social da mulher frente a este trabalho. Independentemente de ocupar-se da atuação no espaço produtivo e público da vida, o modelo patriarcal da organização familiar impõe que as mulheres arquem com tais trabalhos. Com base no importante raciocínio de Simone de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher; torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), ou seja, que a mulher é resultado de uma construção histórico-social, compreende-se que

o destino das pessoas não é nem a anatomia nem o código genético: é o processo complicadíssimo pelo qual as criaturas, enfrentando obstáculos, superando dificuldades, fazendo concessões, vão se tornando aquilo que efetivamente são. (BEAUVOIR, 1967, p. 132).

Apontando as condições históricas e culturais determinantes na constituição dos indivíduos, seus estudos deram “início a uma nova era na reflexão crítica sobre a condição feminina” (NOGUEIRA, 2006, p. 136).

Há poucas tarefas que se aparentem, mais do que as da dona de casa, ao suplício de Sísifo: dia após dia, é preciso lavar os pratos, espanar os móveis, consertar as roupas, que no dia seguinte já estarão novamente sujos, empoeirados, rasgados. A dona de casa desgasta-se sem sair do lugar; não faz nada, apenas perpetua o presente; não tem a impressão de

⁶ Homem arrogante.

conquistar um Bem positivo e sim de lutar indefinidamente contra o Mal. É uma luta que se renova todos os dias. (BEAUVOIR, 1967, p. 200).

Aqui, Beauvoir menciona o mito de Sísifo que é condenado pelos deuses ao trabalho eterno de fazer a mesma coisa incessantemente. Uma metáfora bem adequada aos constantes afazeres domésticos e familiares que segundo a autora não são suficientes para a plenitude das mulheres. Não há realização existencial no trabalho doméstico, principalmente porque este não é uma escolha da vida e sim uma imposição social.

A história humana não é a evolução biológica do Homo sapiens – é a história de como as relações sociais se desenvolveram para, com um esforço cada vez menor, transformar a natureza naquilo de que se necessita. Esse desenvolvimento é, articuladamente, o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades. Como não há sociedade sem indivíduos, nem indivíduos fora de sociedades, também não há desenvolvimento social que não interfira no desenvolvimento dos indivíduos. E, analogamente, não há desenvolvimento dos indivíduos que não tenha algum impacto sobre o desenvolvimento social. (LESSA, 2012, p. 15 e 16)

A história das mulheres está coberta por uma herança de silêncio. O protagonismo da história humana não é feminino, mesmo que constantemente vai se evidenciando que mulheres de *sucesso, empoderadas*⁷, *donas de si*, sempre existiram. Ser uma exceção à regra hegemônica de gênero, em nada é reflexo da emancipação feminina. É incontestável que houve mudanças ao longo da história das condições de vida das mulheres e, portanto do modo de produção e das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Mas seguimos distantes de uma revolução social. E, portanto, de condições de vida efetivamente dignas e autênticas para todas as mulheres e suas proles.

Ainda que se possa afirmar que o conjunto das mulheres padece – em diferentes graus e formas – de discriminações legais, educativas, políticas, econômicas, culturais ect, o certo é que existe evidentes diferenças de classe entre elas que moldaram em forma variável não só as vivências subjetivas da opressão, mas também, e fundamentalmente, as possibilidades objetivas de enfrentamento e superação parcial ou não dessas condições sociais de discriminação. (D'ATRI, 2017, p. 35).

Se o movimento de lutas da classe trabalhadora sempre esteve composto por mulheres, não podemos dizer que estas mesmas mulheres estiveram presente nas reivindicações dos movimentos feministas de *vanguarda*, como o movimento sufragista europeu que pautava o direito ao voto universal, ou seja, para homens e mulheres. O denominado “feminismo burguês” pretendia majoritariamente lutar por direitos civis e reformas de bem estar, sem ter em conta necessidades classistas das mulheres trabalhadoras.

Malgrado tudo isso, a partir da década de 1970 na França - sob o impulso do movimento feminista – houve uma intensificação da conceituação da questão da mulher em diferentes áreas do conhecimento, como é o caso dos estudos sobre o trabalho doméstico. Segundo as autoras:

Foi com a tomada de consciência de uma "opressão" específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente "evidente" que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres que este trabalho é invisível que é realizado não

⁷ Terminologia amplamente mencionada e vendida contemporaneamente. Estando relacionado ao ato de ter poder, e no contexto atual enfatizada no poder de consumo.

para elas mesmas mas para outros e sempre em nome da natureza do amor e do dever materno. (HIRATA; KERGOART, 2007, p. 597).

Segundo Claudia Nogueira, trabalho e família integram o mesmo conjunto “já que são dois polos de nossa vida social, trabalho e reprodução.” (NOGUEIRA, 2006, p. 31). A família é a primeira propriedade que habitamos, afirmou Engels (2006). Propriedade esta que por mais coletiva que aparente ser, é sempre privada, pois pertence a um ou outro senhor, que determina a vida dos demais. Este senhor pode ser o pai e/ou marido, mas para além da figura masculina, tem o capital atuando sobre todos.

Independente de gênero, etnia, estado civil, etc, como já manifestado por Bertolt Brecht, *a bota que nos pisa é sempre a mesma bota*. O capital está sempre agindo em todo trabalhador do mundo para extrair toda sua mais valia⁸, oprimindo-o e explorando a todo custo, pois só assim sustenta a ínfima parcela da população que compõem a burguesia.

Entender a família como um fenômeno social pressupõe conhecer a historicidade das instituições humanas e estar atento para a divisão sexual existente no seio desta para as funções femininas e masculinas, pois “As relações sociais capitalistas legitimaram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada “natural” à mulher, dada pela subordinação” (NOGUEIRA, 2006, p. 26).

Atribuído à uma pretensa natureza da mulher, as tarefas domésticas consomem grande parte do tempo feminino e caracterizam-se pela simultaneidade, fragmentação, multiplicidade. Como indica a autora:

Não podemos esquecer, entretanto, que não existe a força de trabalho sem a existência do trabalhador (a), o (a) qual foi gerado(a) e mantido(a) por uma mulher. Portanto, a venda da força do trabalho do proletário(a) é garantida pelas atividades domésticas realizadas, na grande maioria das vezes, pela mulher, quer ela seja uma trabalhadora produtiva ou não. (NOGUEIRA, 2006, p. 200).

A condição da mulher hoje pode ser entendida como a própria condição da humanidade, fragmentada pelo capital. Uma tentativa constante de desarticular os trabalhadores entre si, desconhecendo-se enquanto classe que tudo produz. Uma boa via para explicar tal argumento é o cerceamento das mulheres ao mundo privado conforme avançava o sistema econômico conquistado via revolução burguesa.

A privatização da vida da mulher vem junto com a instituição da propriedade privada. Enquanto no período feudal as mulheres estavam mais integradas à comunidade e, portanto ao espaço público, no sistema capitalista, o movimento é outro. Entendendo que a “A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte.” (NOGUEIRA, 2010, p. 59).

Com a justificativa de proteção e preservação da mulher, a família passa ser a instituição de pertencimento das mulheres. Tendo por responsabilidade o cuidado com a higienização e manutenção do espaço doméstico, passa a estar reclusa a este ambiente. Isso, por certo, não ocorre da noite para dia. Assim como a transformação do sistema, a

⁸ Terminologia amplamente mencionada e vendida contemporaneamente. Estando relacionado ao ato de ter poder, e no contexto atual enfatizada no poder de consumo.

privatização da vida da mulher é produto de um imbricado e contraditório processo de transformação social em sociabilidade burguesa.

[...] a história não caminha para trás. Não é possível uma involução das forças produtivas de tal modo que voltemos a ter o mesmo padrão de intercâmbio orgânico com a natureza dos camponeses ou dos indígenas de outrora.

A importância em recordarmos que a humanidade já foi diferente está em demonstrar como o patriarcalismo que acompanha as sociedades de classe não é, nem precisa ser, o único futuro aberto à humanidade. A família monogâmica e a propriedade privada não são traços insuperáveis da vida humana, afinal de contas, já fomos diferentes. E, se já fomos diferentes, poderemos também, no futuro, não ser burgueses. (LESSA, 2012, p. 105).

Segundo estudos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE, em março de 2018, sobre Estáticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil⁹, no indicador 31 que se refere ao “*Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo onde foi calculado o Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo - Ensino Superior completo*”, a média no Brasil foi de 15,3% da população, tendo uma porcentagem de 3,4% maior para as mulheres e 16,9% em relação aos homens 13,5% - (Dados da tabela Resumo de Indicadores de Estrutura Econômica) de acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, segundo trimestre de 2016. O fato de estatisticamente as mulheres dedicarem mais tempo aos estudos, atingindo conseqüentemente um nível de escolaridade maior entre em relação aos homens, não acompanha a remuneração desta parcela da população que historicamente recebe menos por sua força de trabalho nos diferentes setores e postos de trabalho, reafirmando o quanto as mulheres são mais exploradas que homens. Entendemos aqui que a escolarização refere-se à qualificação da força de trabalho.

A questão da *competência*, e o debate qualificação versus competência, também pode ser examinado a partir dessa perspectiva de gênero. (...) as competências tais como o “*care*” (cuidados completo a outrem), a “*relação de serviços*” não são consideradas competências profissionais, mas atributos naturais das mulheres, e nessa medida não são reconhecidas e remuneradas. (HIRATA, 2005, p. 118).

Hirata menciona o trabalho não remunerado atrelado à natureza da mulher e analisando em conjunto com dados do tempo de trabalho na *esfera privada* da vida, divulgados pelo IBGE, reafirmamos a desigualdade de gênero existente.

⁹ O IBGE traz a público, pela primeira vez, os resultados de grande parte desses indicadores para o Brasil, contribuindo, assim, para o preenchimento de importante lacuna na produção de estatísticas de gênero. As informações estão organizadas segundo os cinco domínios estabelecidos no CMIG – *Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; Educação; Saúde e serviços relacionados; Vida pública e tomada de decisão; e Direitos humanos das mulheres e meninas* – e fornecem um panorama, ainda que sucinto, das desigualdades de gênero no País, com valiosos elementos para reflexão de estudiosos e formuladores de políticas públicas. Para a construção dos 38 indicadores ora divulgados, foram utilizados dados provenientes do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, as Projeções da População por Sexo e Idade, as Estatísticas do Registro Civil, a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Estadic, bem como dados de fontes externas oriundas do Ministério da Saúde, da Presidência da República, do Congresso Nacional, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Figura 1- Estatística de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil

Número do indicador	Indicador CGMI	O que foi calculado	Ano	Brasil	Homem	Mulher	Unidade	Fonte
1	Número médio de horas nos afazeres domésticos, por sexo (Nota: separar afazeres domésticos e cuidado infantil, se possível)	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo	2016	16,7	11,1	20,9	horas semanais	PNAD Contínua, consolidado de quintas entrevistas
		Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo	2016	14,1	10,5	18,1	horas semanais	PNAD Contínua, consolidado de quintas entrevistas
2	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e no trabalho doméstico não remunerado (carga total de trabalho), por sexo	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho) das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo	2016	52,9	51,5	54,4	horas semanais	PNAD Contínua, consolidado de quintas entrevistas
3	Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade e 15 anos ou mais de idade, por sexo	Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo	2016	62,9	74,0	52,8	%	PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas
		Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 a 24 anos de idade, na semana de referência, por sexo	2016	54,5	60,7	48,0	%	PNAD Contínua, consolidado de primeiras entrevistas

Fonte IBGE, 2018.

Observando a tabela temos no primeiro indicador a demonstração por sexo do tempo dedicado aos afazeres doméstico e/ou cuidados de pessoas, sendo que as mulheres gastam em média de 7,6 a 9,8 horas semanais a mais nestes trabalhos do que os homens. Ou seja, são as mulheres que desempenham, gerenciam, *conciliam* ou mesmo *delegam* os trabalhos domésticos, “a poderosa mão invisível da vida cotidiana” (CARRASCO, 2001, p.4), que alimenta, higieniza, cuida, educa, cria, sustenta... Esgotantes afazeres atribuídos às mulheres que os carregam nas costas diariamente por todos os confins deste mundo, pautado na “divisão sexual existente no trabalho e na reprodução (duas dimensões fundamentais do ser social), responsável pela situação de desigualdade da mulher no decorrer da história”. (NOGUEIRA, 2006, p.138)

A remuneração, preço pago ao trabalhador para a manutenção e reprodução de sua força de trabalho, é o salário¹⁰. Porém, este não expressa todo o valor por ele produzido, já que o valor é a quantidade socialmente necessária de trabalho para produzir uma mercadoria e é medida pelo tempo: horas, minutos e segundos, ou seja, pela jornada de trabalho. Aos trabalhadores, mulheres e homens que produzem as mercadorias, não é pago todo o valor de sua jornada de trabalho. Em verdade, da exploração da força de trabalho para a grande massa dos trabalhadores resulta um ou mais salários mínimos, o que representa o mínimo necessário para sobreviver: comer, beber, morar, vestir. É desta grande fatia explorada da força de trabalho (porque não remunerada) que os capitalistas extraem a mais valia, onde reside a real origem da riqueza dos proprietários dos meios de produção.

O capitalismo, com o desenvolvimento da tecnologia, tornou possível a industrialização e, portanto, a socialização das tarefas domésticas. Entretanto, se isso não ocorre é precisamente porque no trabalho doméstico não remunerado reside uma parte dos lucros do capitalista, que assim é eximido de pagar aos trabalhadores e às trabalhadora pelas tarefas que correspondem à sua própria reprodução como força de trabalho (alimentação, roupas, lazer, etc). Alentar e sustentar a cultura patriarcal, segundo a qual os afazeres domésticos são tarefas “naturais” das mulheres, permite que esse “roubo” dos capitalistas seja mascarada e também que o trabalho doméstico que recai fundamentalmente sobre as mulheres e suas filhas se torne invisível. (D’ATRI, 2017, p. 39.)

¹⁰ O preço médio do trabalho assalariado é antes de mais nada a soma dos meios de subsistência necessários para a reprodução do trabalhador enquanto tal. Por certo, tal como aponta Marx em “O Capital” (2013) tal constatação não exclui o fato do salário poder atender necessidades outras que não se vinculam diretamente à existência corpórea efetiva do trabalhador, uma vez que o próprio salário é um produto da historicidade humana, ou seja, resultado da luta de classes.

Alexandra Kollontai, no texto *A Família e o Comunismo* de 1917, relata medidas¹¹ da libertação das mulheres na Rússia pós Império, organizadas e adotadas pelo poder revolucionário bolchevique, expondo um conjunto de políticas que objetiva a emancipação plena das mulheres, a autora socialista aborda criticamente o trabalho doméstico. Segundo ela, esta atividade é inconcebível fora do processo milenar de luta de classes. Ao longo de todo este período histórico marcado pela dominação de uma classe sobre as demais, a mulher encontra-se subjugada ao seu marido por ser sua propriedade. Trabalha para ele tal como trabalha para fábrica, ou seja, trabalha de modo heterônomo, subjugado.

Diante desse cenário, a autora salienta a importância histórica da revolução socialista para as mulheres. Na medida em que o socialismo rompe com a propriedade privada dos meios de produção, ele também destrói os laços inautênticos que uniam casais tão somente pela dependência econômica e torna o trabalho doméstico uma função pública e, portanto, do Estado, e não de responsabilidade das mulheres.

Ora, se com o avanço do capitalismo o ser humano se torna estranho a si próprio mediante a alienação do trabalho, com o fim da propriedade privada e, portanto, com a derrocada do trabalho enquanto atividade alienante, isso se modifica em sua totalidade. Ou seja, na sociedade onde os seres humanos não são estranhos entre si, a mulher faz e organiza seu trabalho tão voluntariamente como os homens. Homens e mulheres não desempenhariam relações de poder entre si porque o Poder teria encontrado seu fim. Com isso, o que surge nessa sociedade denominada comunista é uma relação harmoniosa de seres humanos livres para desenvolver suas diferentes personalidades. Deste reconhecimento das diferenças e não do reconhecimento da reprodução das desigualdades.

Passado um século após esse texto de Kollontai, sabemos que o trabalho doméstico individual não desapareceu, nem foi substituído pelo “trabalho coletivo” (KOLLONTAI, 2013, p. 31). Longe disso, ele ainda segue exaurindo as mulheres trabalhadoras pelo mundo como uma forma de trabalho pouco ou nada valorizado, encarado como uma responsabilidade das mulheres, que por “instinto” são portadoras de destrezas e habilidades na *minúcia* de “ser” mulher, de arcar com os trabalhos atrelados a esta condição de “ser” no mundo, enquanto classe, raça e gênero.

Desse modo, por meio da naturalização de um processo historicamente consolidado, o capital se apropria das habilidades, treinadas ao longo da vida, das mulheres sem qualificar estas competências enquanto profissionalização. Na reinventiva lógica capitalista, o trabalho doméstico segue a ser “um apêndice” perpétuo nas jornadas diárias das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas pelo fim da desigualdade que ignorarem as estruturas que moldam as relações da sociedade capitalista, composta por fragmentações hierárquicas, estarão fadadas a terem suas pautas engolidas pela classe dominante. Portanto, não é possível debater a

¹¹ Tais medidas foram revogadas por Josef Stalin quando assumiu a liderança do regime em 1924, após a morte de Vladimir Lênin e da sua vitória no XIV Congresso do Partido Comunista da URSS contra a tese de Leon Trotski de “revolução permanente”.

desigualdade de gênero, desassociadamente do debate classista, do debate em torno da luta pela emancipação humana.

A naturalização do fazer doméstico, como função feminina é uma consequência histórica das relações sociais de produção e da reprodução da vida humana. Trabalho incessante que desumaniza a mulher, por confina-la à vida privada, o trabalho doméstico não é reconhecido juridicamente pelo capital, mas é essencial para o mesmo, tendo em vista que a mercadoria força de trabalho necessita ser mantida, cuidada e reproduzida. Diante da pesquisa realizada é possível afirmar precisamente que o término da subjugação feminina em sua totalidade só é possível de ser realizada em sua plenitude com emancipação universal da humanidade. Ou seja, enquanto mantivermos os pilares de uma sociedade baseada na exploração dos seres humanos por outros seres humanos, haverá exploração das mulheres enquanto classe e sua opressão como sexo e gênero. Em outras palavras, a abolição da divisão do trabalho só é realizável com o fim da propriedade privada.

Em tempos em que parafraseando Bertolt Brecht "é preciso defender o óbvio" falar sobre trabalho, mulheres, naturalizações sociais, enquanto categoria é posicionar-se politicamente. Assim como a Educação Ambiental sempre é política, por caracteristicamente ser contestadora e transgressora, pretendendo discutir/problematizar os engembramentos das relações sociais. Tal pesquisa teve como objetivo investigar a naturalização do trabalho doméstico como tarefa feminina.

Não calar, nem paralisar, contra as armas do Capital e seu Estado, a arma é revelar aquilo que tentam esconder de nossa classe. Evidenciar a invisibilidade com que é tratado o trabalho doméstico é fortalecer os argumentos de luta do conjunto dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo**: A experiência vivida. 2ª ed. V. 2. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores-/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BELLI, Gioconda. **Conselhos para mulher forte**. Tradução Jeff Vasques. Nicarágua: 1948.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estáticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de população e Indicadores sociais, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 13 ago. 2020.

CARRASCO, Cristina. **La Sostenibilidad de la Vida Humana**: ¿Un asunto de mujeres? Tradução Izadora Ribas. Revista Mientras Tanto, n. 82, Barcelona: Icaria Editorial, otoño-invierno. 2001.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosa**: Identidade de Gênero e antagonismo de classe no capitalismo. Tradução Barbara Molnar, Flavia Toledo, Lara Zaramella. São Paulo: Iskara, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução Ciro Mioraza. 2ª ed. São Paulo; Escala, 2006.

ENGELS, Friedrich e. MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Tradução Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ENGELS, Friedrich e. MARX, Karl. **A Sagrada Família** ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. Tradução Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

ENGELS, Friedrich e. MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HIRATA, Helena. **Globalização, Trabalho e Gênero**. Periódicos Eletrônicos Universidade Federal do Maranhão. Revista de Políticas Públicas. v. 9, n. 1, p. 111-128, jul/dez. 2005. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770/1848>. Acesso em: 13 set. 2020.

HIRATA, Helena. KERGOART, Danièle. **Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho**. Tradução Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez, 2007. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>. Acesso em: 13 set. 2020.

IASI, Luis Mauro. Trabalho doméstico e valor. Capítulo VI, p. 123-141. *In Ensaio sobre Consciência e Emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KOLLANTAI, Alexandra. **A família e o comunismo**. São Paulo: ISKRA, 2013.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **Trajetórias e Fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos – Filosóficos**. Tradução Alex Marins. São Paulo, Martin Claret. 2002.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I; O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. AURORA, ano IV, número 6, agosto, 2010.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, Michèle; CARVALHO, Isabel (Org.). **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17- 45.

Data da submissão: 03/07/2019

Data da aprovação: 14/08/2020